



Anais da Assembléia

Nº 64

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1981

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Contrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Del Ciel, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacfi, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gerente Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Edilson Alencar, Aginaldo Pereira Lima, Cyro Martins, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, José Domingos Scarpellini, Leônidas Chaves, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Tércio Albuquerque, Waldyr Pugliesi, Túlio Zanchet (15); e em licença os Senhores Deputados José Tavares e Valduga (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 38/81 de sua autoria, que visa dar nova redação ao Art. 13, da Lei n.º 6194 — Regimento de Custas do Estado.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1981.

a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido em nossa Capital, do Senhor DAGOBERTO LEITNER.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, residente na Rua Martin Afonso n.º 1543, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador Ney Braga e aos Srs. Secretários das Finanças, Edson Guimarães e dos Recursos Humanos, Segismundo Morgenstern, solicitando a realização de estudos visando determinar a possibilidade da concessão de um reajuste de 40% ao funcionalismo público estadual, a partir de 1.º de julho próximo.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1981.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento público a situação aflitiva em que se encontram os funcionários públicos estaduais. O reajuste de 72% concedido a 1.º de janeiro último, foi totalmente superado pelos índices inflacionários, que já ultrapassam a casa dos 120%, segundo os próprios índices oficiais. A situação ficou, inclusive, ainda mais grave, já que a partir de 1.º de julho as prestações do BNH sobem em 73% e a grande maioria dos funcionários estaduais possuem casas ou apartamentos que foram adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação. Some-se a isso os constantes aumentos dos impostos, das tarifas diversas, como água, luz e telefone e diversos outros ônus a que tem de arcar os funcionários públicos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor da COPEL, solicitando providências para extensão da rede de energia elétrica para a Vila Anchieta, na sede do Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1981.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Roncador é um município que representa bem a pujança do Estado no setor agrícola, pois ali se produz grande parcela dos grãos que o Paraná exporta anualmente. Sua sede tem aproximadamente 50% (cinquenta por cento) da população total do município que é de 18.003 habitantes. Na cidade existe a Vila Anchieta de moradores com condições econômicas abaixo da média salarial (salário-mínimo) que no entretanto necessitam do benefício ora proposto, e que esse benefício seja a custo zero, (a extensão da rede) para não onerar o já defasado orçamento dos mesmos, pois todos são trabalhadores e contribuem decisivamente para o progresso do município e do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar ao Excelentíssimo Senhor AURELIANO CHAVES, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, o telex, conforme texto a seguir enunciado:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ TRANSMITE A VOSSÊNCIA SOLIDARIEDADE DEFESA REFORMA ELEITORAL DECENTE E LIMPA, OBJETIVANDO APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL E NÃO CONCESSÃO VANTAGENS OCASIONAIS.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1981.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício aos Senhores Secretário de Estado dos Transportes, Dr. NIVALDO ALMEIDA NETO, ao Diretor do D.E.R., Dr. EULER MERLIN e aos Prefeitos de Piraquara e Quatro Barras, solicitando providências, dentro do possível, para a construção de uma ponte na estrada que liga as duas cidades, com extensão de 9 km.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1981.

a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Existem duas estradas que ligam Piraquara a Quatro Barras, uma com 14 km de extensão que passa pelas localidades de Campina dos Borba e Borda do Campo, onde foi construída recentemente uma ponte e outra, com 9 km de extensão, onde há aproximadamente um ano está com a ponte caída e abandonada. Não se entende, portanto, porque a ponte foi construída, justamente na estrada mais longa, que é, inclusive, municipal, deixando a estrada mais curta, que é estadual, sem condições de uso. Quem precisa se deslocar pela referida estrada, aumenta em 5 km o percurso, gastando mais combustível, em plena campanha de racionalização de energia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ao Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, Segismundo Morgenstern, um ofício apelando no sentido de que sejam apressados os estudos que estão sendo efetuados naquela Pasta, visando implantação imediata do benefício da contagem recíproca ao funcionalismo público do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

A adoção do instituto da contagem recíproca virá beneficiar mais de dez mil funcionários públicos do Estado. Trata-se de uma reivindicação que vem sendo defendida pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná desde a implantação na área federal. Esta medida já está implantada no Estado de Pernambuco. Nos diversos congressos nacionais de servidores públicos, foram reiterados os pedidos para que se alterasse a lei federal, permitindo a extensão do benefício aos Estados e Municípios e, finalmente, no ano corrente, com a recente regulamentação da lei alterada, se vislumbrou um outro panorama para possibilitar a efetivação da contagem recíproca no Paraná. É necessário, portanto, que a Secretaria de Recursos Humanos, que tem se sobressaído no trato dos problemas ligados ao funcionalismo público, conclua os estudos com urgência, ensejando condições à remessa da mensagem pelo Governador Ney Braga, que, igualmente tem-se mostrado sensível às reivindicações da classe, que permitirá com a implantação do novo Diploma legal, a contagem de tempo de serviço pelo servidor público estadual do tempo que dispendeu em funções na área privada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas às formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Chefe da Polícia Civil do Paraná, solicitando que seja urgenciada a apuração dos fatos constantes no processo anexo, pois, no dia 15 de outubro de 1980 o agricultor Hélio Moisés Sabino

sofreu atos de violência nas dependências da Delegacia de Polícia do Município de Matelândia, cujo processo para punir os responsáveis segue numa morosidade visível.

Requer, ainda, envio de cópia à Câmara Municipal de Matelândia e à Câmara Municipal de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Senhores Secretários de Estado da Educação e dos Recursos Humanos, solicitando que as vagas a serem abertas por disposição da Resolução n.º 979/81, de 13/05/81, da SEED, para a promoção vertical por habilitação, atendam às necessidades reais do magistério estadual, numa distribuição justa e equitativa para os ocupantes dos diversos níveis de atuação do Quadro Próprio do Magistério, considerando-se, inclusive, o número de pessoal habilitado existente nesses diversos níveis. E que conste dos referidos ofícios a íntegra da justificativa do presente.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1981.

a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A Resolução n.º 979/81, de 13 de maio de 1981, da Secretaria de Estado da Educação, determinou que se proceda a promoção vertical por habilitação do Pessoal do Magistério Público Estadual, tendo em vista o que dispôs o Decreto Governamental n.º 3.105, de 24 de outubro de 1980, que regulamentou esse tipo de promoção inserida na Lei Complementar n.º 7/76 (Estatuto do Magistério Público Estadual). E a própria Resolução, em seu art. 1.º, atribui à Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Educação expedição de edital, abrindo, pelo prazo de trinta (30) dias, as inscrições à promoção vertical por habilitação, nas diversas classes do Pessoal do Magistério em que existirem vagas e cujo número será nele indicado.

O § 3.º, do art. 1.º, dessa resolução, discrimina:

“Após o exame da documentação apresentada pelos postulantes, a Comissão elaborará as listas de promoção vertical por habilitação, partindo das séries de classes e níveis de atuação mais elevados”.

E o § 4.º desse mesmo artigo, acrescenta:

“As vagas decorrentes do procedimento do parágrafo anterior, bem como as criadas pela ocorrência de fatos subservientes e verificados até a data da elaboração das listas, serão acrescidas às divulgadas no edital de abertura de inscrições”.

Dos expostos nos §§ 3.º e 4.º, da referida Resolução, conclui-se que:

a) o Estado atenderá, de preferência, as promoções do pessoal dos níveis de atuação mais elevados;

b) haverá possibilidades de aumento das vagas até a data da elaboração das listas de promoção.

Louve-se a atitude do Governo e de seus Secretários de Estado, da Educação e dos Recursos Humanos, em determinar que anualmente, no mês de outubro, promovam-se para as vagas existentes ou para as previamente criadas, o pessoal do Magistério estadual que ocupam vagas de classes inferiores.

Mas, ao se concretizarem tais promoções, mister se faz que as vagas a serem definidas nos diversos níveis de atuação em que se encontra o Pessoal do Magistério, correspondam às necessidades reais desse Pessoal. E que o critério de distribuição dessas vagas atinja, dentro das possibilidades humanas, a toda a classe do magistério, numa justiça distributiva, onde, além da habilitação específica exigida por lei, atenda-se ao critério de maior tempo de serviço numa determinada classe, indistinta-

mente do grau escolar em que atuar o professor.

A Lei Complementar n.º 7/76, estabeleceu, para o professor, cinco níveis distintos de atuação, nos quais o professor pode atingir a classe maior, e, conseqüentemente, o nível de vencimento mais elevado, existentes na carreira do magistério público estadual, se houver vaga da mesma dentro de seu respectivo nível de atuação.

Já a Lei n.º 6892, de 20 de julho de 1977, que criou cargos do Quadro Próprio do Magistério em seu Plano de Classificação de Cargos, não criou vagas para as classes C, D e E, níveis de vencimentos 3, 4 e 5, respectivamente, no nível atuação I (dos que ministram aulas de primeira a quarta séries do primeiro grau. O mesmo ocorreu nos níveis de atuação II, III e IV, onde não há vagas orçamentárias em classes superiores diversas, tais como: no nível de atuação II, faltam vagas das classes D e E, níveis de vencimentos 4 e 5; no de atuação III, faltam vagas das classes D e E, níveis 4 e 5; no de atuação IV, faltam da classe D, nível 4.

Embora o art. 16 da Lei Complementar n.º 7/76, determine que "norma especial fixará, de dois em dois anos, o número de cargos do Quadro Próprio do Magistério, indispensáveis ao atendimento dos compromissos do Estado no desenvolvimento do ensino de primeiro e segundo graus", não se tem conhecimento, até o presente, dessa norma, após a Lei n.º 6892/77.

Ressalte-se, porém, que o Estado do Paraná tem procedido ao cumprimento legal de promover professores, tanto assim que em dezembro de 1978, realizou um concurso público de provas e títulos para promoção de professores, por avanço vertical dentro dos critérios de "qualificação" e de "habilitação". E foram abertas e ofertadas todas as vagas então disponíveis do Quadro Próprio do Magistério, em todos os níveis de atuação.

Fato inédito aconteceu também, com transposição de milhares de professores para as vagas existentes de Especialista de Educação, isto já em 1979. Nesse mesmo ano ainda, mais de mil professores foram também promovidos para vagas disponíveis de classes superiores do Quadro do Magistério.

Hoje, porém, após tanta movimentação de pessoal dentro desse Quadro, todos ocupando sempre classes e vencimentos superiores, não se tem números definidos de Pessoal que ocupem diversas classes do Grupo Ocupacional MPP-100, Professor, nos respectivos níveis de atuação. Se fácil é detectar número de pessoal numa determinada classe, difícil será definir números por nível de atuação em que se encontram os professores estaduais. E isso é um problema circunstancial, gerado pela própria mobilização de professores nesses últimos três anos, com a acomodação de cada um dentro de suas necessidades pessoais e do próprio sistema de ensino.

Como a promoção vertical por habilitação só é possível "dentro do mesmo nível de atuação" do professor, há que se determinar o nível de atuação de cada um, para se definir, posteriormente, as vagas orçamentárias a serem ofertadas em cada nível de atuação, para uma promoção justa e equitativa. Ou, se assim for legalmente possível, ofertem-se vagas generalizadas em todas as classes atingíveis por promoção, sem especificá-las por níveis de atuação, desde que sejam destinadas a todos os professores que se inscreverem para essa promoção, indistintamente de nível de atuação, e que se obedeçam os critérios de prioridades estabelecidos no § 6.º, do art. 2.º, da Resolução n.º 979/81, da SEED.

Quanto ao que dispõe o § 3.º, do art. 1.º, da supramencionada Resolução, determinando elaboração de listas partindo de níveis de atuação mais elevados, parece-nos conflitar com dispositivo de lei maior, ou seja, com o constante no art. 39 da Lei Federal n.º 5.692/71, que determina a fixação da "remuneração de professores e de especialistas de ensino de primeiro e segundo graus, tendo em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento ou espe-

cialização, sem distinção de graus escolares em que atuem".

O objetivo maior é que todos os professores, em todos os níveis de atuação, quer os de primeira a quarta séries do primeiro grau, quer os de quinta a oitava séries desse mesmo grau, quer os de segundo grau, tenham oportunidades iguais de promoção vertical por habilitação, com número de vagas ofertadas em proporção ao número de candidatos inscritos, dentro dos critérios que a legislação específica determina.

Caso contrário, sempre haverá insatisfação no meio do professorado paranaense, com evasão constante de pessoal que atua nas primeiras séries do primeiro grau, com sérios prejuízos para os iniciantes da vida escolar, os alunos de primeira a quarta séries do primeiro grau da rede estadual de ensino, justamente os mais carentes do amparo do Estado na educação.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 53/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado doar ao Município de Paranaguá, uma área de terreno, situada naquele município, que constitui a Vila Portuária e Vila da Madeira, nas quais existem ocupações residenciais, cujas dimensões e confrontações estão contidas no Decreto-Lei n.º 18 de 09 de março de 1942. (cópia anexa).

Art. 2.º — A área doada ao município, deverá ser imediatamente transferida aos atuais moradores, seguido o aspecto legal e urbanístico.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1981.

a) JOÃO ELÍSIO

JUSTIFICATIVA:

A área de terras a que se refere este projeto, pertence ao Estado em decorrência da desapropriação, por força do Decreto-Lei n.º 18, de 09 de março de 1942.

Na área em apreço existem centenas de casas de portuários que desejam a legalização do terreno.

Por tratar-se de terras pertencentes ao Estado, a Administração Municipal não tem podido atender aos justos anseios dos portuários nesse mister, apesar de atender a área ocupada com água encanada, iluminação elétrica residencial e pública e ter pavimentado as ruas da vila.

A doação da área, ao município dará ensejo a uma imediata regulamentação por parte da Administração Municipal, legalizando junto aos ocupantes, o que lhes cabe de direito. Pois, trata-se, de trabalhadores do Cais de nosso maior porto de escoação, na maioria operários.

Caso esta Casa venha rejeitar a matéria em apreço, assumiremos o ônus de uma negação injusta.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Cotrim, primeiro orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito se tem falado sobre pequenas e médias empresas nos últimos tempos, tanto a nível de Governo Federal como a nível de Governo Estadual.

✧ De diversas formas tem-se procurado proteger as pequenas e médias empresas nacionais, quer através de programas especiais de financiamento com juros e taxas menores, quer através de programa de apoio gerencial através do CEBRAE/CEAG.

Entretanto, dado a sua frágil estrutura administrativa e ao seu curto alcance de ressonância isoladamente, as pequenas e

médias empresas brasileiras continuam sofrendo dificuldades enormes para continuarem sobrevivendo.

Mormente nos dias atuais, quando a escassez de recursos financeiros é notória e o custo do dinheiro extremamente alto, agravado com os reajustes de salários duas vezes ao ano, os aumentos de energia elétrica e de telefones, aliados às constantes altas de matérias-primas etc. assiste-se a agonia e o desespero do empresariado que não consegue melhorar sua produção e suas vendas em razão da situação recessiva dominante.

Compete pois ao Governo, ciente dessa angustiante situação encontrar meios para amenizar a pressão do garrote financeiro a que se encontram, principalmente os pequenos empresários.

Uma das medidas que o Governo Estadual dispõe para colaborar com o empresário é determinar a dilatação do prazo para recolhimento do I.C.M. dos atuais 45 dias concedidos para pelo menos mais 60 dias, favorecendo a diminuição da pressão financeira sobre seu escasso capital de giro.

Outra medida de caráter altamente social seria a modificação na modalidade de recolhimento do I.C.M. pelas micro-empresas, que poderia ser somente após o encerramento do exercício financeiro, tendo por base o volume das vendas anuais ao invés da apuração mensal como ocorre atualmente a a dispensa da necessidade de livros de controle de entrada e saída de mercadorias, taxando o ICM sobre 20% do volume total das vendas do ano, medida essa que seria adotada para empresas cujo faturamento bruto anual fosse inferior a 1.200 ORTNs.

Essas medidas, se adotadas, dariam um maior fôlego aos pequenos e médios empresários, e demonstrariam que o Governo do Estado realmente está preocupado em permitir a sobrevivência de milhares de empresas espalhadas por todo o Paraná.

Nesse sentido, já encaminhamos requerimentos à mesa, endereçados ao Dr. Edson Neves Guimarães, digníssimo Secretário das Finanças e temos a certeza de que será estudado e atendido brevemente, pelo que conhecemos e sabemos do alto espírito de justiça que norteia as medidas daquela pasta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para fazer um breve comentário a respeito do Congresso Nacional dos Servidores Públicos, realizado em Recife, onde o Governador de Pernambuco, Marco Antônio Maciel, sancionou a lei que concede a contagem recíproca de tempo de serviço para fins de aposentadoria aos funcionários públicos daquele Estado.

Eu comento esse fato, tendo em vista a resposta que recebi há pouco mais de uma semana, do Senhor Secretário dos Recursos Humanos, em que os estudos no Paraná também estão bastante adiantados, para que se processe a nível de Estado, também a manifestação do Governo, através de mensagem, para que possam também os funcionários deste Estado, usufruir dos benefícios da contagem recíproca do tempo de serviço.

Gostaria de fazer essa colocação para dizer que já se procede em todo o Brasil, o encaminhamento da Mensagem, com a conseqüente sanção. Faço esse comentário para apelar mais uma vez ao Governo do Estado, e especificamente ao Senhor Secretário dos Recursos Humanos, para que urgencie com o maior rigor possível, o envio desta mensagem a esta Casa.

Era só isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao

terceiro orador inscrito, Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A criação no âmbito da Secretaria do Planejamento, do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, com a finalidade de estabelecer diretrizes, e formular a política estadual de ciência e tecnologia, é um importante marco na gestão do Governador Ney Braga.

Mais que a coordenação de programas de pesquisa e tecnologia dos diversos órgãos da administração direta e indireta, uma política de ciência significa um eminente esforço racionalizador na definição de metas e aplicação do dinheiro público em áreas importantes e significa, em síntese, a aplicação do conhecimento moderno com eficácia e sentido de prioridade a serviço da sociedade.

Se de um lado a tecnologia coloca-se como dinamizadora da produção e força promotora do progresso, serve, igualmente, aos objetivos gerais da sociedade, inclusive em seus aspectos sociais e humanos, como a garantia da qualidade de vida e a defesa do patrimônio de recursos naturais.

A criação desse Conselho, por isso, se de um lado promoverá maior entrosamento entre as instituições de pesquisas do Estado — as universidades e o setor empresarial e o intercâmbio destes, com organizações congêneres do País e do exterior — possibilitará, o que é de suma importância, o efetivo reconhecimento do cientista no desenvolvimento do Estado.

Ao contrário de um passado, até recente, não do Paraná mas de todo o Brasil, quando a ciência era apenas tolerada como um corpo estranho pelas burocracias oficiais.

A implantação da ciência no Brasil, ninguém desconhece, deu-se lenta e episodicamente, pela visão de alguns pioneiros que muitas vezes souberam aproveitar calamidades para criar centros de pesquisa. Este foi o caso, por exemplo, de Osvaldo Cruz, Vital Brasil e Artur Neiva, em relação a Manguinhos, Butantã e Biológico.

No período colonial, todas as atividades educacionais e científicas estavam limitadas pela relação metrópole/colônia que nos vinculava ao Estado português. Sem escolas, universidade e imprensa, e com o sistema produtivo voltado para a exportação de produtos primários, não havia como desenvolver uma ciência nacional.

Com o início do processo de industrialização optou-se pela substituição de importações passando-se então a importar tecnologia externa. O sistema científico-tecnológico nacional não estava então, preparado, para a produção de bens de consumo para as minorias urbanas de renda elevada.

Com a consolidação do capitalismo industrial, na década de 50, o setor industrial mudou sua estrutura interna, o Estado passou a intervir crescentemente na área econômica, e estas transformações refletiram-se no sistema científico. Ciências e recursos humanos passaram a ser valorizados como elementos necessários ao desenvolvimento.

Dentro deste contexto é que surge, no Brasil, o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq e esta política de ciência institucionalizada se intensifica a partir dos anos de 1967 e 1968, pela preocupação com a formação de cientistas, através dos cursos de pós-graduação.

Ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, apoiado pelo CNPq caberá agora, entre suas múltiplas finalidades, analisar e opinar sobre a concessão de recursos públicos e subvenções para programas de pesquisa de ciência e tecnologia a entidades públicas e privadas acompanhando a sua execução e promover e difundir junto as empresas paranaenses as fontes e fundos de financiamento para ciência e tecnologia.

E este Conselho certamente terá em mente que qualquer política de ciência que se limite a aspectos financeiros e insti-

tucionais desvinulados de uma política industrial e de medidas que regulamentem a importação de "know-how" e tecnologia, será inócua.

Os recursos orçamentários destinados a aplicação em ciência e tecnologia, neste ano de 1981 no Paraná, montam a Cr\$ 1,6 bilhão, cerca de 2% do orçamento estadual, o que dá uma idéia da importância da programação estabelecida.

Estão envolvidos na execução do Plano inúmeros organismos estaduais, como a Secretaria do Planejamento, a quem se vincula o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — presidido pelo Secretário Vilson Deconto, as secretarias da Agricultura e da Administração, COPEL, IAPAR, TECPAR e SUREHMA.

Com a implantação deste novo mecanismo, pretende o Governo Ney Braga incentivar a capacitação científica e a maior autonomia tecnológica, buscando a utilização mais intensa de técnicas adequadas às condições regionais, e identificando alternativas de soluções que realmente contribuam para o desenvolvimento do Estado.

É preciso eliminar o hiato entre o que os cientistas pregam e o que os dirigentes escolhem, principalmente entre a pesquisa básica e tecnocracia já que a tecnocracia quer apenas aplicar a pesquisa que achar disponível.

Qualquer política científica e tecnológica deve consolidar alguns pontos básicos. Primeiro, o equilíbrio entre pesquisa fundamental, pesquisa aplicada e desenvolvimento articulado com a economia e a sociedade. E segundo, evitar desperdícios de recursos naturais, especialmente os não renováveis.

Este, indubitavelmente será o resultado do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. Fixar prioridades no sentido de identificar deficiências que cumpre desfazer para que o todo funcione harmonicamente, num País onde ainda é preciso desenvolver a ciência para que ela possa ajudar a desenvolver a Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

No momento em que o Governo Federal anuncia os próximos reajustes da casa própria, voltamos a esta tribuna para indagar, do Governo, qual o índice de reajustamento do funcionalismo público do Estado do Paraná?

A pergunta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem a mais legítima procedência, desde que há longos anos temos ocupado esta tribuna para, no mínimo, trazer este constrangimento ao Governo e sensibilizá-lo de que o custo de vida, paralelamente ao avanço inflacionário, tem criado praticamente, a uma grande maioria do funcionalismo público, o sub-emprego. E os 72% apregoados pelo Governo, de aumento concedido a partir de janeiro passado, já está criando uma fissura muito grande no poder de compra do funcionalismo, sobretudo do menor, do que ganha menos, do que não foi reajustado adequadamente, do que não foi reenquadrado.

O Governo muitas vezes poderia indagar — e até questionando a Oposição —, com que recursos pagaremos o funcionalismo público estadual? E a resposta caberia ao Secretário das Finanças: — com o dinheiro de "superavit" orçamentário que o Estado tem recebido.

E uma outra questão poderia ainda ser formulada pelo Governo; — mas o número de funcionários públicos é muito grande. E poderá chegar a 75% da receita do Estado.

E como ficarão os investimentos? — Isto é problema que o Governo tem que resolver. Não foi a Oposição que aumentou exageradamente o número de empregos do Estado. E se criou

empregos, como empreguismo ou como uma forma de melhor distribuir rendas, isto pertence à política do Governo.

Cabe-nos perguntar: — aquele que foi admitido num determinado emprego tem que receber uma justa remuneração. E a grita, Sr. Presidente, que temos visto, todos os dias, em todas as repartições públicas, é a mesma, uns ganham suficientemente e até mais do que poderia ganhar; outros ganham insuficientemente para continuar com o "animus laborandi".

E como resolver, Sr. Presidente, essa situação? Rearticulando a economia do Estado do Paraná; rearticulando as Secretarias de Planejamento, de Administração, de Recursos Humanos e de Finanças. Agora, o que não pode ocorrer e continuar ao longo dos anos que temos servido a este Parlamento, é que toda vez que o índice inflacionário vem tragando o vencimento do funcionalismo público, tenhamos que vir a esta tribuna e falar para essas paredes frias e nenhuma providência tomar.

E a reclassificação, a quem beneficiou? São perguntas que hoje creio que todos os Deputados buscam encontrar uma resposta. Porque as indagações são feitas diariamente, sobretudo àqueles com o problema social e da área de recursos humanos do Estado.

Sr. Presidente, se até agora tem-se obedecido a um critério de elevação de salário com base, naquilo ou naquele índice que o Governo Federal vem permitindo, vem concedendo, como é que o Governo do Estado, nas horas de determinação das políticas de interesse do Estado do Paraná, não invoca o mesmo princípio? Sr. Presidente, apenas para uma ilustração rápida e breve: — o aumento do funcionalismo, em 1980, foi de 42%, em 1981, 72%.

A inflação de 1980, foi 121%, em números redondos. Os dois anos de elevação do funcionalismo público, ficou absorvido em apenas um único ano de exercício financeiro, em que a inflação foi superior, praticamente, ao aumento concedido.

O BNH, em 79, subiu 39,8%, do percentual. Em 1980, 55,06; 81, 72,8%.

É de se perguntar ao Governo Estadual e ao Governo Federal, se eles desejam que o funcionalismo público não pague as contas do BNH, ou se eles desejam criar um outro caos social no País.

Pergunto, para concluir, Sr. Presidente, como é que fica o funcionário público, neste estado de coisas que nem a iniciativa privada, com toda a sonegação de impostos, pode suportar; como é que o Governo pode, ainda, ter a coragem de ir à televisão e colocar os programas de Governo, quando comina, penaliza o consumidor, com uma elevação absurda de combustíveis, inclusive o álcool a Cr\$ 42,00 o litro.

Sr. Presidente, ou o Governo resolve o problema global, e principalmente no Estado do Paraná, o problema da economia, para suplantar esta orla de dificuldades em que vive o funcionalismo público, ou, então, nós somos obrigados a parafrasear o Deputado Deni Schwartz: "Quando é que o Estado vai ser assumido?"

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é verdade para mais ninguém que o mundo que vivemos hoje é o mundo das transformações permanentes. Existimos todos dentro de um processo, onde a velocidade com que criamos novos problemas é muito maior do que a nossa capacidade de inventar soluções. A ordem diminui e a confusão aumenta. Estamos na era da sociedade entrópica.

Mais do que nunca precisamos desenvolver um processo de vida que nos envolva com um universo político-filosófico claro e

definido no sentido do verdadeiro estilo democrático. Um sistema social baseado cada vez mais nas instituições que promovem o ideal da liberdade individual, onde, também, todos estejam subordinados às mesmas normas gerais de justiça social, qualidade de vida e segurança pessoal.

É chegada a hora... Senhores, de REPENSARMOS O PARANÁ.

E por que devemos REPENSAR O PARANÁ?

Porque como disse recentemente o Secretário do Planejamento, Sr. Vilson Deconto, "o Paraná atual precisa ser repreendido urgentemente porque anda crescendo muito rápido em termos positivos e negativos". E eu concordo com isso, srs., Nosso Estado tem dado imensa contribuição ao desenvolvimento brasileiro, sem contudo, receber, quase nada em troca. O Paraná está ajudando o Brasil a pagar sua dívida externa de quase 100 bilhões de dólares sob o sacrifício de um grande custo social.

Mas que custo social o Paraná vem pagando para ajudar o Brasil a resolver alguns dos seus problemas mais críticos?

POR EXEMPLO ...ENERGIA. O Estado perderá, anualmente, levando-se em consideração 78 por cento da área inundada ou a inundar até 1.990, um total de 615 mil toneladas de produtos agrícolas, o que corresponde, atualmente a 8 bilhões de cruzeiros e significa uma perda de aproximadamente 925 milhões de cruzeiros de ICM. Sem considerar-se, ainda, os aspectos sociais, ecológicos e econômicos que envolvem a questão.

São dados, Srs., do Banco de Desenvolvimento do Estado - BADEP e creio que verdadeiros. O Paraná contribui e vai continuar contribuindo decisivamente para a continuidade do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, através da participação crescente de seu significativo potencial hidráulico, para a geração de energia necessária para este desenvolvimento. Porém, a um custo social e econômico bastante elevado.

O Paraná, com o aproveitamento total de seu potencial hidrelétrico, terá 6.432,50 Km² de sua área de 199.326,754 Km² inundadas, nas seguintes bacias hidrográficas, em números redondos:

-Bacia do Iguaçu	2.300,00 Km ²
-Bacia do Ivaí	500,00 Km ²
-Bacia do Piquiri	400,00 Km ²
-Bacia do Paraná	2.100,00 Km ²
-Bacia do Paranapanema	900,00 Km ²
-Bacia Litorânea	20,00 Km ²
-Bacia do Ribeira	40,00 Km ²

Isso tudo, Srs., representará uma área inundada de mais de seis mil quilômetros quadrados do nosso território. E diga-se de passagem, seis mil quilômetros quadrados de terras altamente férteis, a famosa terra rixa que pouquíssimos lugares do mundo possuem.

Mas... parece que apesar de tudo isso, de todos esses números críticos, de todos esses dados negativos, não conseguimos sensibilizar o Governo Federal. Por outro lado, o Governo Estadual parece estar satisfeito com a "contribuição" que o Paraná vai dar ao Brasil em termos de força energética.

Sem dúvida alguma, cabe aos Estados efetuar a promoção do desenvolvimento nacional através de um esforço conjunto. No entanto, não se pode promover este desenvolvimento com prejuízos para uma parte da população brasileira em benefício de outra parcela desta mesma população.

E é justamente isso que o Paraná está fazendo. Dando muito mais do que tem recebido. Mas tudo isso tem acontecido em nossa terra justamente porque até hoje ainda não vimos do Governo Estadual uma posição, uma postura política mais enérgica, mais representativa de acordo com os interesses da comunidade paranaense.

Todo mundo fala nesta postura política que o Paraná

precisa adotar, mas quando iremos adotá-la? Estes prejuízos de que falei, poderiam ser evitados se conjugados e equilibrados os esforços. Tudo poderia ser mais adequado para o Paraná se o Estado tivesse por exemplo uma **POLÍTICA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO**. Estamos sendo uma espécie de vítima do excesso de potencialidade que temos para oferecer ao País em termos de oportunidade de progresso.

O Paraná tem sido uma espécie de "bom cavalo de corrida", exigido ao máximo no páreo do desenvolvimento brasileiro, porém daqui há algum tempo estará sem fôlego, cansado, esgotado completamente. E os que apostam tanto no desenvolvimento paranaense poderão sofrer uma grande decepção. E o que faremos quando todos os nossos rios estiverem comprometidos? Quando toda a nossa ecologia em termos de flora e solo e águas, estiver gasta e sem meios de aproveitamento? Não estamos pensando para o futuro das nossa gerações.

Há mais de 50 anos que o Paraná vem explorando suas terras roxas. Já fomos ricos com o café, o café fez grandes fortunas, construiu cidades, estradas e praticamente a nossa economia. Agora estamos dentro do binômio soja-trigo que alterou radicalmente o painel sociológico do nosso Estado. A mecanização da lavoura, a penetração do capital no campo, o estatuto do trabalhador, tudo isso se juntou em termos de progresso no Paraná, mas um progresso que expulsou o homem do campo, que já fez a nossa população se tornar na atualidade 60 por cento urbana e 40 por cento rural. Um progresso que faz o Paraná possuir hoje cerca de 1 milhão de bóias-frias principalmente no Norte do Estado.

Se quisermos fazer uma análise em menor escala de como não se deve fazer o progresso de uma região, vejamos por exemplo a situação de uma cidade como Londrina. Hoje, com 350 mil habitantes, é a terceira cidade mais habitada do Sul do Brasil, ficando atrás apenas de Porto Alegre e Curitiba. Na medida em que Londrina assumiu o papel de pólo urbano de grande importância na região, exercendo influências numa área que tendo cada vez mais a se expandir, recebe por outro lado, os efeitos negativos do crescimento rápido. Cria riqueza mas também atrai pobreza, tornando-se foco de atração de uma população carente, que busca, no município e sobretudo no seu centro urbano, a solução de agudos problemas de sobrevivência, tais como emprego, educação, alimentação e saúde.

O município tem 504 estabelecimentos industriais, 11 estações de rádio, 4 emissoras de televisão e um aeroporto com um movimento de 104 operações de pouso e decolagem por dia. Vinte e seis bancos operam em Londrina que influi de modo decisivo na vida de 191 municípios, cujas populações, somadas, chegam a mais de 5 milhões de pessoas.

Porém, para uma economia de 350 mil habitantes, Londrina não consegue realmente enquadrar todo mundo num contexto de bem estar social e acesso a tudo de bom que o consumo possa oferecer.

A **DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** no município é altamente concentrada: 25 por cento das famílias detém 61,2 por cento da renda, sendo que 10 por cento detém 34,4 por cento. Devido ao baixo nível de renda da maior parte da população da região londrinense, é possível que já existam elementos das classes C e D, com 11 anos de idade ou ainda menos, trabalhando como subempregados, especialmente no Setor Terciário, recebendo menos de 1 salário mínimo por mês.

Mas Londrina é um dos exemplos críticos do desenvolvimento paranaense que vem acontecendo em detrimento da ecologia do Estado e de grande parte de sua população. População que até diminuiu em mais de dois milhões de habitantes em função de uma gama de fatores de desequilíbrios regionais.

E o Paraná deverá expulsar pelo menos mais uns 3 milhões de pessoas do campo para as cidades. Porém o mais grave é que ainda não temos um projeto, uma política industrial dentro do Estado, para que nossos centros urbanos possam receber esse verdadeiro exército do nosso êxodo rural. O Paraná mudou muito rápido nos últimos anos, porém não se preparou para as mudanças. Nossas cidades estão sofrendo do chamado "inchaço" urbano, proliferam as favelas em torno de Londrina e Curitiba, cresce a violência social e todo um quadro crítico do universo psicossocial envolvido pelo desemprego e o desajustamento social, a neurose urbana e toda uma gama de vetores negativos, enquanto o Governo Estadual insiste na manutenção de um modelo de desenvolvimento econômico já condenado nos países mais adiantados.

O Paraná serve ao País mas não serve a si próprio como Estado. O Paraná tem sido utilizado como um "quintal" do Brasil, tem servido de laboratório para o capitalismo multinacional, para os passeios da soja e do trigo, para o verdadeiro banquete de energia que pretende servir ao Brasil, sem contudo assumir integralmente o seu processo de desenvolvimento.

Temos aí o Metronor, o Pró-Rural, o Pró-Sudoeste, o Promopar, porém não temos o Pró-Paraná. Não temos um comando dos fatos econômicos dentro do Paraná, mas fora dele, nas mãos de uma aristocracia paulista que possui um forte Lobby em Brasília. Precisamos ter a "paranização" do nosso capital, temos que criar nossa elite econômica para que nossa força política seja mais forte e tenha meios de negociar mais forte com o poder central.

O que o Paraná precisa é de um conselho, um grupo de trabalho que tenha dados atualizados e interpretados sobre tudo que interessa saber sobre o Estado. Precisamos de um real diagnóstico do Paraná para que possamos traçar nossas políticas setoriais, nossas metas básicas, enfim, um bem documentado programa estratégico que possa agora enquadrar o Paraná dentro da sua realidade atual.

Mas o que temos visto para o Estado é um processo de liberação de verbas do "tipo cala boca", o que nada muda dentro do Paraná, e só implica ou estimula ao desequilíbrio. Não é bem de dinheiro que o Estado está necessitado, mas de uma melhor orientação de como fazer o seu desenvolvimento. De nada adiantam os dólares aos milhares de BIRD, se não temos uma consciência mais real das nossas necessidades como Estado.

Temos um imenso potencial energético, uma fábula em recursos naturais, porém tudo isso poderá ser perdido se não fizermos agora um projeto para o futuro paranaense.

A questão que se coloca hoje é discutir um modelo de desenvolvimento que não subordine a questão ambiental e social aos interesses econômicos imediatos. Uma política que privilegie a economia só servirá para atender os interesses de grupos restritos em prejuízo da sociedade no seu conjunto.

Evidentemente a própria definição do que é bem-estar social não pode limitar-se à riqueza material, é preciso incluir outros valores como boa qualidade do ar, água, alimentos, lazer, educação, distribuição de renda, empregos suficientes para atender ao crescimento populacional, assistência médica e social e segurança pessoal.

Torna-se cada vez mais dúbia e contraditória a posição do Estado, do Governo. A medida que privilegia e promove a política do crescimento rápido, é simultaneamente um dos principais responsáveis pela preservação da qualidade de uma sociedade.

Por isso... senhores, no momento em que o Sr. Secretário do Planejamento, fala em repensarmos o Paraná, me parece um sintoma muito sério de que ele como membro de uma das principais secretarias enganadas na linha de frente do desenvolvimento paranaense, sente também que o nosso Estado está

precisando urgentemente de uma nova política, de um novo programa, de uma filosofia política mais voltada para o homem. Não exatamente como tem exibido a jargão oficial e sua retórica divorciada da realidade da nossa gente, mas um estilo, um modelo de desenvolvimento que possa dar ao Paraná mais qualidade de vida num sentido amplo, integral de sua sociedade.

Precisamos saber, Srs., qual deverá ser o papel do Paraná a nível político e econômico nos próximos anos? E o Governo Estadual deve saber que a imagem oficial não anda bem cotada junto à população. O processo inflacionário, taxas de desemprego cada vez mais elevadas, baixa qualidade de ensino, de assistência médica, custo elevados dos alimentos, serviços e transportes, violência social e destruição ambiental, tudo isso é resultado de um modelo econômico que já provou estar errado para o Brasil e para o Paraná. É hora de repensar o Paraná para que ele seja mais uma vez pioneiro dentro do País.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Tem o aparte o Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência levanta um problema que nós, inclusive, já estamos levantando dados também para usarmos o grande expediente. Vossa Excelência citava aí o problema da minha cidade, Londrina, e na verdade, Londrina hoje tem 40 mil desempregados, nobre Deputado. É um índice quase idêntico ao do ABC paulista. Ali foram construídas sem nenhum critério, 17 mil casas populares, o que gerou a maior corrupção do Paraná. Hoje o Paraná tem dois pólos de corrupção — que é o maior da América Latina — Itaipu — e Londrina.

É uma cidade sem nenhum plano no setor industrial, com centurão da fome que chega realmente a assustar. Agora, é preciso repensar o Paraná e é preciso renovar o Paraná em todos os setores, inclusive a nível de Governo. Vê-se que o Norte do Paraná hoje, só se vê plantação de soja e agora esta grande peste que é a cana-de-açúcar. Só em Colorado, município de terras férteis serão plantados 20 mil alqueires de cana. O Paraná vai se transformar, por culpa do nosso Governo, brevemente num imenso canal.

Estamos plantando cana e cana é miséria, cana é chibata, cana é feudo, cana é escravidão, para atender o programa do Proálcool para mandar o álcool para a França e Estados Unidos, que é uma grande palhaçada também esse tal de Proálcool, nobre Deputado, se me permite.

Outro problema é a soja. Plantamos soja e não comemos a soja, porque você não muda o hábito alimentar do brasileiro. O brasileiro come arroz e feijão, mas plantamos a soja para exportar, principalmente do café, que utilizava essa área de 70, 80 famílias, esses mesmos alqueires plantados de soja, utiliza de 7 a 8 famílias e aí se criaram milhão de bóias-frias no Estado do Paraná. Falta de planejamento, de ordenamento, de zoneamento das coisas.

O Paraná, na verdade, Deputado Gilberto Agibert, virou uma "casa de Irene". Todo o mundo tira uma lasquinha e o nosso Governo não tem força. Isso é resultado do domínio de um mesmo grupo há vinte anos neste Estado. A oligarquia desse Paraná, que tem o Paraná no seu povo e que tem servido para enriquecer muitos grupos desse Paraná. Desde aquela grande mentira do incêndio no Paraná, onde muita gente ficou rica, onde houve sim, um incêndio de corrupção, pois que o Paraná não teve incêndio nenhum. Até hoje, vem se explorando esta terra.

Eu sempre digo: é preciso uma frente para defender esse Estado. Estão loteando o Paraná e já foi o terceiro da Nação, estão descapitalizando o Estado que foi um dos prin-

capais em produção e população no Brasil.

O Secretário da Agricultura disse numa palestra:— “em outros países, o povo é diferente, o povo francês é diferente, o inglês é diferente. Por isso, que lá a agricultura está num estágio maior”.

Ora, isso é uma tese facista, eu só posso entender assim. Porque o nosso camponês vive doente, sem assistência, sem saúde, sem força. Não dá para fazer uma analogia do camponês da Europa com o nosso, na América Latina.

É preciso renovar o Paraná. Governo que se repete é nocivo.

O Estado está sem espinha, está curvado, está doente. O Deputado Nivaldo Krüeger dizia: — “qualificou o Paraná entre um dos Estados de menor crescimento nominal da Receita Tributária, só perdendo para o Acre”. E o Governador Ney Braga respondeu na “Folha de Londrina”, a uma colocação do Senador José Richa, dizendo ele a Ney Braga: “O Paraná não sofreu pactos econômicos e nem se esvaziou politicamente”. O Paraná - segundo Ney Braga — “mantém um desenvolvimento equilibrado e sempre crescente, ostentando uma renda “per-capita” acima da média brasileira”.

O Paraná, segundo o Governador, “não sente falta de representação na esfera federal e diz que o desenvolvimento industrial é excelente.”

Excelente é aqui para a Região Sul, onde estão concentradas as indústrias, mas a prioridade que é o Norte, ninguém está atendendo.

E esse problema do Governador citar renda “per capita” isso não serve para parâmetro algum.

Falar em renda “per capita” é por a cabeça do cara dentro da geladeira e os pés em cima do fogão para dar o ponto de equilíbrio.

Então, o Paraná, na verdade, está abandonado e já é hora de mudar, nobre Deputado.

Estão esquartejando este Estado, loteando este Estado e este Governo que está mandando há vinte anos a mesma família, o mesmo grupo, mesma oligarquia, mesmo oficialismo, o mesmo entreguismo, a mesma corrupção, há vinte anos.

Mas, o povo há de mudar em 82, nobre Deputado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Aproveito seu aparte para dizer, que é por isso que nós propomos, uma política estratégica de desenvolvimento social e econômico.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Apenas para me parabenizar com Vossa Excelência, dentro do critério sincero que Vossa Excelência está norteando esse problema e também, apenas, para discordar das palavras do ilustre Deputado Fiori Luiz, quando ele diz “governo que se repete é nocivo”.

A nós ele não está ofendendo, ele está ofendendo a bancada do PP, que tenta com que Canet volte para o Governo, um homem que trabalhou pelo Paraná, honestamente, deu ao Paraná uma infra-estrutura em estradas.

E, não podemos saber, como é que Jayme Canet foi nocivo para o Paraná no pensamento do Deputado Fiori Luiz.

Isso talvez, caberia à Liderança do PP, responder ao Deputado Fiori Luiz na sua argumentação, de que “governo que se repete é nocivo”.

Nós não achamos nocivo o governo de Canet. Pelo contrário, os dois governos foram benéficos ao Paraná.

E no que concerne ao problema do incêndio, o Deputado Fiori Luiz naquele tempo era criança.

Eu, como Prefeito de Joaquim Távora, assisti aos incêndios, a calamidade pública, onde a nossa região ficou totalmente à mercê do fogo devastador.

E se não fora o Governo Ney Braga, com seu auxílio pronto e imediato, muita gente, muitas famílias teriam perecido.

Naquele momento de calamidade pública, e nós como Prefeito do Partido Trabalhista Brasileiro, viemos bater à porta do governo e recebemos o auxílio necessário para nossa população.

E é por isso que quero divergir do Deputado Fiori Luiz, quando ele disse que não houve incêndio.

Talvez não houvesse porque ele é jovem e não se lembra do incêndio calamitoso que houve na região do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Em primeiro lugar, cumprimento Vossa Excelência. Evidentemente que Vossa Excelência traz assuntos que são verdadeiros.

Mas temos que apartear-lo para colocar em ordem talvez alguns exageros, especialmente do brilhante companheiro, amigo e Deputado do PMDB de Londrina, Fiori Luiz.

Quando ele se empolga e fala realmente algumas coisas que não correspondem à verdade.

Digo isto e contradigo, dizendo também que o Deputado Fiori Luiz, quando cita que o grupo que comanda o Paraná há vinte anos está atrasando o seu desenvolvimento econômico, social e político, esse mesmo grupo tem vencido todas as eleições que se fizeram neste período.

Diga-se de passagem, menos do que deveriam ter sido feitas.

Esta é a minha crítica pessoal.

Mas não podemos admitir que se faça tamanha encenação em cima de assuntos profundamente sérios que realmente trazem, a todos nós, a maior das preocupações.

O aparte de Vossa Excelência é apenas para arrefecimento das calorosas palavras do Deputado Fiori Luiz e que, na sua totalidade, não correspondem à realidade.

É apenas para fazer esta colocação, a bem da verdade.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço o aparte do nobre Deputado, se bem que pegando parte de seu aparte, gostaria também de lembrar ao nobre Deputado que quando falou em eleições, nas duas últimas eleições que foram diretas para o Senado Federal, o antigo MDB saiu-se vitorioso a nível de Estado.

Acredito que não foram de vinte anos para cá que o atual grupo que detém o comando do Estado, tenha ganho todas as eleições.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado, permite só uma interferência pequena? (Assentimento).

A última eleição nós ganhamos, Sr. Deputado. É que a sub-legenda, este instituto tão combatido, tão anti-democrático, que todos nós queremos ver extirpada das leis nacionais, fez com que o partido de Vossa Excelência ganhasse.

Mas nós todos, como somos contra a sub-legenda, que é uma excrescência na legislação brasileira, temos que admitir que seu partido ganhou em função da soma mas o meu candidato foi o mais votado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Certo Deputado.

Concordo em parte e sou contra também a sub-legenda, mas acho que o bom senso diz de que se não houvesse esta sub-legenda, naturalmente que os votos que foram dados a Enéas Faria seriam carregados automaticamente a José Richa.

O Sr. Gabriel Sampaio — Esta conjuntura não se comprova.

Respeito a opinião de Vossa Excelência. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, o Deputado que está na tribuna poderá usar mais cinco minutos do horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e continua com a palavra, por mais cinco minutos, o Deputado Gilberto Agibert.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Deputado Agibert, o nosso aparte é simplesmente para cumprimentar Vossa Excelência pela análise séria que faz a respeito do problema, e pede para esta Casa, principalmente, que repense o Paraná.

Realmente nós precisamos, com urgência, de um programa para o Paraná.

No início da semana, tivemos oportunidade de usar desta tribuna e, naquela oportunidade, fizemos um relato da situação em que se encontra o Paraná, pela erradicação de sua cafeicultura.

É o problema do café; é o problema do nosso pequeno trabalhador rural que hoje vem para os grandes centros, e criando problemas sociais que, futuramente, vai ser insolúvel e nós sabemos disso.

Por isso é oportuna a sua presença na tribuna na tarde de hoje.

Embora sentimos que tentou se desviar o pensamento e a sua linha de análise.

Mas nós entendemos que somente analisando o problema econômico e social do Paraná, com seriedade, e usando da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado, para falar em Paraná com seriedade, é que nós poderemos resolver o problema deste Estado e conseqüentemente deste País.

Parabéns e continue, Deputado.

Obrigado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço o aparte do nobre Deputado e também quero cumprimentá-lo, rapidamente, pelo pronunciamento que fez na segunda-feira sobre a cafeicultura, que realmente foi uma análise também muito profunda, por isso eu o cumprimento pelo pronunciamento de segunda-feira passada.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Eu dou o aparte ao Deputado Airton Cordeiro, pedindo para o mesmo ser breve, devido ao pouco tempo que tenho pela frente.

O Sr. Airton Cordeiro — Primeiramente quero cumprimentar Vossa Excelência, pelo interesse de abordar um tema tão importante. E ao mesmo tempo discordar da colocação que faz Vossa Excelência quando menciona Pró-Rural, o Metronol e outros projetos setoriais do Estado, afirmando que falta o pró-Paraná.

Vossa Excelência deve saber e eu tenho certeza que Vossa Excelência sabe, deve ter se esquecido de mencionar, que os problemas paranaenses, eles também são setoriais. E esses seqüimentos setoriais acabam compondo o problema global do Estado.

E é por esta razão que o Governo Ney Braga concebeu

programas para atender especificamente a determinadas regiões.

Veja Vossa Excelência, por exemplo, o pró-rural que vai atender a cerca de 60 municípios do Sul do Estado.

Municípios de uma natureza econômica bastante pobre e que historicamente sempre estiveram abandonados; municípios que estavam a requerer a participação efetiva da atuação governamental.

Então, quer me parecer que Vossa Excelência, deliberadamente, deixa de valorar o suficiente, os programas setoriais que o Governo do Estado está implantando, para tentar diluir esta programação governamental num projeto global que Vossa Excelência entende deve ser o fundamental, o fulcro da administração Ney Braga.

Mas, não há dúvida, Deputado Agibert, que as soluções setoriais, hoje, são muito mais importantes do que aquelas concebidas para tentar resolver o problema integral.

Veja Vossa Excelência, quando menciona, aqui, nesta Casa, o problema das favelas - qual é a origem das favelas, senão o fluxo minatório que ocorre neste Estado, com este fluxo direcionado para os grandes centros urbanos. E por que?

Pela falta, exatamente, da condição de fixação das famílias na área rural.

E esses programas setoriais que Vossa Excelência implicitamente condena, tem esse objetivo. E tomara nós pudéssemos ter uma multiplicidade desses programas, ainda maior, para que realmente o Paraná fosse melhor atendido.

Eu parabeno Vossa Excelência, pela iniciativa do pronunciamento, pelo interesse que a matéria desperta, mas não concordo com as colocações que faz, especialmente porque se observa ser esta a tônica da atual administração do Governador Ney Braga.

Obrigado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Nobre Deputado, agradeço pelo aparte, e queria debater com mais tempo esse assunto, exatamente todos esses aspectos que - como o senhor mesmo falou - tudo isso, enfim, que o Governo Ney Braga tem procurado fazer dentro disso que o senhor mesmo acaba de dizer.

Aprendi a respeitá-lo como um grande parlamentar. Mas, teria interesse em debater todos esses programas.

Mas, o Sr. Deputado falou sobre PRÓRURAL. Esse é um fato que eu trago no coração, para dizer mais sinceramente, porque eu tenho a impressão que o nobre Deputado, atualmente, atuante que é, deve conhecer o mapa do Paraná muito bem.

Então, eu pediria ao nobre Deputado, após a sessão de hoje, que olhasse no mapa do Paraná, e visse o Município de Prudentópolis, onde fica. Está encrustrado na região que foi beneficiada pelo PRÓ-RURAL.

Prudentópolis é o maior município do Paraná em propriedades rurais, em minifúndios. Tem 10.000. E, no entanto, está fora desse programa, nobre Deputado.

Eu acho, para ser bem franco, isso uma vergonha, que Prudentópolis, que é a cidade em que eu nasci, veja bem ...

O Sr. Airton Cordeiro — Prezado Deputado Agibert, Vossa Excelência deveria se orgulhar. Prudentópolis é um Município privilegiado, tem um parlamentar como Vossa Excelência, tem tanto minifúndio, e é um município progressista ...

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Mas o Governo deveria olhar por Prudentópolis. Ou será que é porque a Prefeitura do Município é do PMDB? Será que é por politicagem que o povo de Prudentópolis, 70.000 habitantes, está sendo simplesmente esmagado?

Será que a política do nosso Governo está sendo voltada para o homem?

O Sr. Airton Cordeiro — Eu contesto a afirmação de Vossa Excelência, porque o atual Governo não tem dado nenhuma conotação política à sua atuação administrativa.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — E porque a rejeição de Prudentópolis, então?

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Agibert, ainda há pouco nós vimos o Governo do Estado entregando recursos financeiros a Prefeituras que são, hoje, administradas por homens da Oposição.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Eu concordo com Vossa Excelência neste aspecto. A única coisa que quero por e, inclusive, talvez até seja motivo de um futuro debate aqui nesta Casa, é que o maior município, em propriedades rurais no Paraná, onde o PRÓ-RURAL foi feito exatamente para coibir os malefícios que vêm de encontro com a pequena propriedade rural, com o pequeno produtor, no entanto, a cidade que possui o maior número de propriedades rurais está sendo simplesmente abandonada.

Então, queria colocar para Vossa Excelência um fato, porque exatamente Vossa Excelência que está defendendo esse programa, com bastante subsídios, diga-se de passagem...

O Sr. Airton Cordeiro — Defendo, nobre Deputado, porque é exatamente a área em que este Parlamentar faz política.

Espero que tenhamos, inclusive, a ampliação da jurisdição do PRÓ-RURAL. Agora, reitero a Vossa Excelência que, se Prudentópolis está fora é porque, efetivamente, o Governo entendeu que Prudentópolis é um Município que se sustenta com sua própria estrutura.

Não posso comparar Prudentópolis com municípios pobres como Tijucas do Sul, Lapa, Agudos do Sul, Rio Negro, que são municípios sem estrutura industrial em que o minifúndio é minifúndio em toda sua natureza. Porque, pode-se ter o minifúndio bem explorado, bem aproveitado, com boa produtividade e o minifúndio que é pobre, do caboclo, do Paraná.

É por esse aspecto que o PRÓ-RURAL foi concebido.

Mas, me disponho, nobre Deputado, pela admiração que tenho por Vossa Excelência, pelo empenho que Vossa Excelência tem pela matéria, me disponho a defender, futuramente, especificamente o PRÓ-RURAL com Vossa Excelência.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Só lembro ao nobre Deputado que Prudentópolis é o sexto município, em extensão, do Paraná.

O Sr. Airton Cordeiro — E a arrecadação?

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — A arrecadação é por volta de cem milhões de cruzeiros. Não sei dizer, exatamente o lugar.

Mas, exatamente por ser o sexto município em extensão e por abranger dez mil propriedades rurais. E eu como petropolitano, nascido e criado naquela cidade, convivendo com aquele pessoal pobre, sinto da necessidade, por parte daquele pessoal, de ter uma ajuda maior da parte do Governo. É por isso que o coração dói.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, sei que Prudentópolis se equipara ao

que se chama de "colônia velha", no Rio Grande do Sul.

Embora, hoje reclame de sua situação precária, sabe-se que, ontem, na História do Paraná, e na do Brasil, pode-se identificar, ontem, como cidade progressista.

Eram polos onde se concentrava, talvez toda a riqueza do Paraná. Assim como o Nordeste foi uma das regiões mais ricas, no tempo da cultura da cana-de-açúcar. Assim como o Oeste do Paraná - já digo, hoje, e, termos do passado - foi uma das regiões mais ricas em suinocultura, foi uma das regiões mais ricas em sojicultura; assim como o Paraná foi grande produtor do café. Assim, como o capitalismo selvagem passa a rasteira em todas as regiões, depenando, depedrando, é como alguém que suga uma laranja, depois que não tem mais suco, joga fora a casca.

Hoje, estamos às voltas com um programa para recuperar essas regiões. Ao mesmo tempo que se quer recuperar Prudentópolis que já foi uma região progressista; ao mesmo tempo que se quer recuperar as regiões do Sul do Paraná, a esse mesmo tempo, a ironia da História impõe a miséria e o êxodo rural, ao Oeste do Paraná, que já foi um grande produtor de soja, que já foi o exemplo da reforma agrária na distribuição da terra. E, hoje, volta-se à concentração da terra e ao mesmo tempo em que o Governo do Estado volta suas atenções para recuperar aquilo que o capitalismo selvagem deixou, lá no Oeste do Paraná, está se produzindo outra região de miséria.

Essa é a grande verdade e aí está o cerce da questão. Eu acredito que somente haverá seriedade na política paranaense, aquela que lutar pela independência do Paraná, de fazer do Paraná um Estado que produz em relação às suas próprias necessidades e necessidades do povo do Paraná e não às necessidades de exportação para pagar uma dívida que nós não contraímos.

Só acredito em seriedade de Governo do Paraná, o dia em que estivermos voltados aos interesses dos paranaenses e não aos interesses das multinacionais de fazer deste Estado um dos maiores consumidores de tratores e insumos agrícolas, para beneficiar as multinacionais.

Só acredito em restabelecimento da economia do Paraná, quando tiver um Governo sério que em vez de preocupar-se em recuperar aquilo que já está em ruínas, se preocupe principalmente em não deixar envolver ruínas aquilo que hoje ainda é símbolo de progresso.

Obrigado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Nobre Deputado

Gernote Kirinus, Vossa Excelência traçou realmente aspectos muito importantes. Gostaria de comentar mais o seu aparte, mas o tempo está escasso. Por isso gostaria de incluir o seu aparte.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Gilberto Agibert, eu pediria somente 15 segundos.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — 15 segundos.

O Sr. Airton Cordeiro — Eu gostaria que o Deputado Kirinus conceituasse o que seja Governo sério. Me parece que o Deputado Kirinus está divorciado da realidade do Paraná, porque Governo sério é o que nós temos no Paraná.

O Sr. Gernote Kirinus — Com dois milhões de "bóias-frias".

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto a Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PP.

Com a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Li ontem, as declarações do Vice-Presidente da República Aureliano Chaves e vejo a importância da advertência feita pelo mesmo a respeito da reforma eleitoral, quando diz: “fazer reformas pensando em obter vantagens, além de nem sempre dar resultados, quase sempre não ajuda o processo democrático”.

Apesar de entender que “nunca” ajuda o processo democrático, ainda assim vejo nas expressões do Vice-Presidente da República não só um “puxão” de orelhas em muitos pseudo-democratas, como uma confissão pública e aberta de que o desejo do P.D.S. é o de realmente transformar a lei eleitoral em estatuto do partido, capaz de evitar o massacre das urnas que vai se desenhando, a cada dia que passa, com maior clareza.

Num outro tópico o Vice-Presidente da República lembra um ditado mineiro que diz que “malandragem demais vira bicho e come o homem” e que na sua opinião “o político deve sempre preservar sua autoridade moral, para poder dizer o que é preciso. Assim, não pode cometer qualquer ato que afete sua moralidade.”

É outra lembrança, pois quem conhece a política e os políticos, deve conhecer muita gente que não pode dizer o que é preciso, exatamente por ter cometido atos que comprometeram sua moralidade.

Aureliano, como de resto o Brasil, deseja uma reforma eleitoral “decente e limpa”, objetivando o aperfeiçoamento institucional e não a concessão de vantagens ocasionais para quaisquer facções partidárias.

No seu entender, o brasileiro está cada vez mais consciente de suas aspirações democráticas e mesmo podendo não se preocupar com filigranas e detalhes, sabe o que quer e não terá dificuldade alguma em sustentar seus anseios.

E na apreciação do que está ocorrendo no País, Aureliano Chaves fez outras observações ao afirmar que os casuísmos são perigosos por seu efeito de retorno, uma vez que quase sempre o feitiço se vira contra o feiticeiro e que os truques são inúteis.

Falando sobre o PDS o Vice-Presidente da República disse que o mesmo não deve temer eventuais derrotas e lembrou que estas idéias não o tornam um dissidente dentro do governo, pois sendo ele um político disciplinado acatará o que o Partido decidir.

Ainda assim, mas pela defesa que fez em favor de uma reforma eleitoral “decente e limpa” e da sua posição pela defesa do aperfeiçoamento institucional contra a concessão de vantagens ocasionais para quaisquer facções partidárias, estamos propondo o envio de um telex ao Sr. Vice-Presidente da República, com o seguinte texto:

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ TRANS-
MITE VOSSÊNCIA SOLIDARIEDADE DEFESA REFORMA
ELEITORAL DECENTE E LIMPA OBJETIVANDO APERFEI-
ÇOAMENTO INSTITUCIONAL E NÃO CONCESSÃO
VANTAGENS OCASIONAIS.**

Estou seguro que é uma proposição que vai receber o apoio integral desta Casa, uma vez que todos, o Brasil inteiro, assim espera.

Em termos de reforma eleitoral, todas as informações dão conta de que o projeto de lei de reforma somente chegará ao Congresso em torno do mês de setembro.

Ninguém ignora que a demora, as manobras, os estudos, tudo faz parte da meta principal: a manutenção da maioria que em 1984 elegerá o novo Presidente da República.

Enquanto o Governo não descobre o melhor caminho para colher melhores resultados eleitorais, o PDS vai escolhendo as armas, sem dar às oposições o direito de pelo menos

saber quando e onde será o duelo.

Alguma coisa já se sabe.

A reivindicação comum na bancada do partido governista é pelo voto facultativo e pela extensão da sublegenda nas eleições para governador.

Quando lutam pela sublegenda o fazem não pensando em aprimorar o processo, mas em acomodar situações dentro do partido e tentar com tais casuísmos tirar proveito eleitoral.

Há um estudo sobre a vinculação de votos.

A maior tendência é pela vinculação dos votos de Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais.

E há outra corrente pretendendo também a vinculação de votos entre os candidatos a Prefeito, Governador e Senador.

O PDS está estudando o assunto para descobrir o que mais lhe convém.

Da mesma forma, merece estudo o problema das coligações partidárias - que, tudo leva a crer - deverão ser proibidas para evitar a união de partidos opositores.

Na verdade, estamos caminhando para o mais inacreditável epílogo que ninguém, em sã consciência, pudesse um dia admitir.

O bi-partidarismo tido no Brasil como um verdadeiro plebiscito é exterminado por ato do Governo, que desejava maior abertura, maior participação e um regime pluralista para acomodar todas as tendências.

Foram condenados à cadeia elétrica os partidos existentes: ARENA e MDB.

Abre-se o leque de opções e começam a surgir os novos e futuros partidos políticos: PDS, PMDB, PP, PTB, PDT, PT e por último PDR e PDC.

São inúmeras legendas com possibilidades de acomodação geral.

O Partido do Governo torna-se menos forte do que imaginavam os donos do poder e surgem grupos antagônicos e lideranças conflitantes em vários pontos do País. Exemplo típico está aqui mesmo no Paraná, onde o Deputado Paulo Pimentel está deixando o PDS inteiro alucinado, ao mesmo tempo em que prova a meio mundo que na área federal está mais forte que o próprio Governador, pelo menos no campo político.

As grandes lideranças do Partido do Governo, o Ministro da Justiça e o próprio Presidente da República, buscam meios para contornar a crise. Crise do PDS.

Surgem então os casuísmos.

Surgem os mágicos da política e começamos a viver verdadeira inversão de valores.

Fim do bi-partidarismo, criação de uma série de novos partidos e existem os defensores das famigeradas sublegendas.

Todos sabemos que sendo as sublegendas a negação do partido político, só podem mesmo ser lembradas como instrumentos de favor, de privilégios.

E ao lado das sublegendas defendidas pelo partido governista, defendem ainda a proibição das coligações partidárias.

Ninguém hoje duvida daquilo que já foi dito no passado: o fim do bi-partidarismo teve um único objetivo: dividir a oposição.

Todavia, não devem ter lembrado que no final de todas as contas a última palavra é do povo, povo que fala pelo voto na urna.

Já impediram o povo de falar no ano passado, prorrogando os mandatos de prefeitos e vereadores, tornando o País quase todo ele biônico.

Tem havido muitas notícias de que em 82 nova prorrogação pode ocorrer e mais uma vez o povo será mantido calado.

Vamos torcer para que outros Aurelianos se levantem lá pelas bandas do PDS e do Governo e quem sabe possam ter urgentemente as reformas exigidas e que venham “decentes e limpas”.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Dácio Leonel, o assunto que Vossa Excelência aborda é muito delicado, muito cheio de detalhes e de profundezas que logicamente uma análise rápida, como Vossa Excelência faz, impediria de uma discussão mais profunda.

Digo isto, Sr. Deputado, porque é muito difícil, muito espinhoso, falarmos hoje em partidos políticos, falarmos em bioncidade, falarmos em prorrogação, falarmos em famigerada sublegenda, na situação que o País se encontra hoje.

Quero crer, com toda a sinceridade, num processo de abertura política. Convinha fazer uma eleição geral, em 1982.

Porque se Vossa Excelência for analisar ponto por ponto, a conclusão que se chega, Sr. Deputado, é que realmente a confusão é que impera neste País. Vossa Excelência vê todos os dias na Imprensa Nacional, através dos líderes que falam em nome das oposições e da situação brasileira, as coisas mais desencontradas que se possa ter idéia. Nada que se faz hoje no Brasil, a nível político, resiste uma análise um pouco mais profunda.

Vossa Excelência veja o seguinte: isso quero deixar bem claro, sem nenhum espírito de crítica. Apenas, nobre Deputado, com todo respeito; apenas como uma constatação e um exemplo daquilo que eu quero dizer a Vossa Excelência e a este Plenário.

Recentemente, toda a imprensa nacional deu cobertura ao nosso Senador Afonso Camargo Neto, que no Senado Federal, num momento de uma iniciativa elogiável, levanta a sua voz, levanta a sua opinião e consegue assinaturas de um grande número de Senadores, para se evitar uma prorrogação de mandatos nesse País, o que denominou: "Pacto de honra".

Agora, eu pergunto a Vossa Excelência, Deputado Dácio Leonel, com toda isenção, com toda imparcialidade e com toda inteligência que Deus deu a Vossa Excelência, será Deputado, que o Senador Afonso Camargo seria a pessoa mais indicada para falar em "Pacto de honra"? Ele que foi eleito de uma maneira indireta, através de uma esdrúxula fórmula-biônica, para o Senado Federal, e que hoje é um dos grandes líderes do partido de Vossa Excelência? de quem eu admiro profundamente a inteligência e todo serviço prestado ao Paraná?

Quer dizer então, Vossa Excelência vê que este campo que se trata através de participação de Vossa Excelência na tribuna é um campo muito difícil.

Eu há pouco aparteava o Deputado Gilberto Agibert, com relação ao Senador José Richa, que só é Senador graças à famigerada sublegenda. Então, outra colocação, Deputado, amanhã ou depois, o Partido de Vossa Excelência, com os partidos de Oposição, ganham a maioria no Congresso Nacional e o Colégio Eleitoral, para 84, será da oposição. Será que a Oposição vai deixar de eleger o Presidente da República, de forma indireta, porque combate, em tese, a forma indireta de eleições?

Então Vossa Excelência vê, Deputado, não sei se eu consegui me exprimir bem, que a situação política brasileira é muito confusa. As coisas não estão ajustadas. Os partidos, infelizmente, repito, não se formaram ideologicamente e muito menos filosoficamente. Se alguém discordar de alguém, funda um novo partido e dá uma nova sigla. Acontece como acontecia no passado: nada mudou na história recente da República.

Então lamento, nobre Deputado, que, quando eu combatia o bipartidarismo ARENA-MDB, achava que nós poderíamos sair para uma abertura política e um pluri-partidarismo democrático, mas através da formação de partidos políticos que tivesse um fundo ideológico.

Nós entraríamos no partido que realmente tivéssemos a vocação, tivéssemos a identificação maior. Mas não acontece isso. Cada Estado está com uma situação específica; cada Estado está com partidos formados, à base de líderes que bri-

garam. E eu lamento, Deputado e Vossa Excelência também deve lamentar, quando vejo na televisão os homens e mulheres - no caso também tem uma mulher - líder nacional, hoje, falam em novos partidos políticos, são líderes de mais de 40 anos atrás. São os mesmos, parodiando um programa de larga assistência na televisão brasileira, são os mesmos. Nenhuma renovação houve. Nós estamos, infelizmente, nós todos, nas mãos dos mesmos líderes, que já deviam de há muito, pela sua incompetência, em solucionar os problemas brasileiros, ter dado a vez às novas gerações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Gabriel Sampaio. Só acho que no final, Vossa Excelência, como Vice-Líder que é do Partido do Governo, fez uma colocação um tanto ruim, anti-Ney, porque Vossa Excelência, quando falou das figuras que continuam as mesmas, Vossa Excelência sem querer, está fazendo alusão ao nosso Governador.

Então, tenho a impressão que não se pode fazer esta confusão. Lamento, vossa Excelência me tomou todo tempo. Num aparte, acabou sendo um discurso paralelo, parece até que com esta intenção.

Infelizmente me tirou as condições.

Então, Sr. Presidente, vou deixar de responder ao Deputado Gabriel Sampaio, porque são tantas as colocações, mas deverei voltar, se Deus quiser, na próxima semana. Quero voltar à tribuna, pelo menos, para elucidar alguns problemas, porque tenho a convicção. Vossa Excelência conhece bem. Vossa Excelência esqueceu que a culpa é do Governo. Vossa Excelência fala na dificuldade, na demora da busca de soluções.

Realmente está difícil de encontrar a solução para o Governo. É o Governo que está retardando. A regra de jogo é o que as oposições estão pedindo, quais as regras do jogo?

E o que acontece?

Acontece que, se até ontem o Governo deu como regra de jogo esta, tem que jogar nesta. Porque as maiorias dominaram, e defenderam estas teses; há sublegenda, então não há?

Então, pergunto: se o Governo agora entende, através de seu Partido, de que deve haver sublegenda para Governador, eu pergunto: então as oposições não devem utilizar? Qual a força das oposições para não utilizar? Vamos dizer: não, não queremos?

Então permita ao povo, neste caso, que diga se o povo quer ou não as sublegendas.

Então, são aspectos enfocados por Vossa Excelência, que, honestamente, só servem para tentar fugir pela tangente, porque não entrou em nada daquilo que eu abordei no meu pronunciamento.

Voltarei ao assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa registra com satisfação, a presença, neste plenário, do ex-Deputado José Alencar Furtado, e do atual Deputado Federal Heitor Alencar Furtado.

Consulto a Liderança do PDS, se deseja fazer uso de seu horário.

Com a palavra o Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu ia falar sobre o assunto da nossa reunião de ontem, nesta Assembléia, mas já que não quero perder a linha do assunto, e poder responder talvez alguma colocação que tenha feito o ilustre Líder do PP nesta Casa, diria que eu acho que o

que está faltando, realmente, nesta Assembléia, é este tipo de debate.

É o debate que tivemos ontem, nesta Casa, com a presença do ilustre Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, e a presença de Líderes da Oposição.

O que eu queria dizer ao Deputado, e que ele tentou assim interpretar de forma diferente, foi de que, a nível nacional, a nível dos Partidos Políticos nacionais, todas as Lideranças são as Lideranças de 40 anos atrás, e que nós, os Deputados um pouco mais novos nesta Casa, não tínhamos sequer nascido.

Então, o que acontece, é que realmente nós estamos, sob a batuta, a nível de Governo e a nível de Oposição, de mentalidades e de pessoas que já se fizeram presentes na vida nacional, nas últimas décadas, e que nada trouxeram - isto eu englobo antes e depois da revolução - nada trouxeram de novo para a solução dos graves problemas brasileiros. É neste aspecto.

Com relação ao Governador Ney Braga, o Governador, hoje, por exemplo, que está à frente do Governo do Paraná, é um homem que tem vencido todas as eleições; é um homem que, hoje, tem talvez a satisfação e orgulho em dizer que todos os homens públicos que hoje estão renovando a política paranaense, em todos os setores, são homens que saíram das suas equipes de Governo, as suas equipes políticas, todos eles, acho, que sem exceção.

Então, realmente, o Governador Ney Braga é um homem que está, talvez, próximo do último passo político da sua vida, que seja a conquista da suprema magistratura do País, mas com o dever cumprido de ter dado ao Paraná, dezenas de inúmeros Líderes, que hoje estão a disputar o Governo deste Estado em todos os partidos políticos.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço um aparte a Vossa Excelência. (Assentimento).

Deputado Gabriel Sampaio, gostaria de lembrar apenas, ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Dácio Leonel. Vossa Excelência ao apartear o Líder do PP foi muito feliz, porque muita gente se esquece muito rapidamente da vida política pregressa de homens que, hoje, estão condenando o Governo, e que foram mantenedores de uma situação anterior ao pluripartidarismo. Eu, por exemplo, estranho que o ilustre Deputado, a quem eu preso, Deputado Dácio Leonel, diga que o PDS, hoje, não coliga com o povo. Mas, Sua Excelência acabou de usar da tribuna da Assembléia, graças à coligação da ARENA, com o povo, pela qual ela se elegeu.

Então, como é que se pode duvidar que o PDS não coliga com o povo? Se foi possível à ARENA? Àquela pertencia o Deputado Dácio Leonel, esse fenômeno? Se é que se pode chamar de fenômeno.

Aí é necessário que se faça uma análise, para que não se perca a memória da dinâmica da vida política brasileira. E Vossa Excelência, Deputado Gabriel Sampaio, foi muito feliz. Existe como que uma conturbação geral. E é difícil de se localizar, hoje, qualquer cidadão, nesse quadro conturbado. Porque, os fatos que valem hoje não valem amanhã. Doutrinas partidárias, isso não existe, no Brasil. Está provado que não existe.

Ideologia não existe. Existem conveniências. Essa a grande realidade.

Então, no momento em que a grande Liderança do PMDB, de São Paulo, rompe com a Liderança secundária, existe a possibilidade da criação de uma nova corrente, ou até um novo partido.

Assim é que tivemos a divisão do trabalhismo no Brasil, PTB, de um lado, PT, de outro. PP outro segmento, lembra o Deputado Del Ciel.

Acho muito importante, para o homem público, um mínimo de coerência. Coerência não faz mal a ninguém, em qual-

quer lugar. Mas, especialmente não faz mal em política. Porque somos cobrados e o povo tem o direito de nos cobrar, todos os dias, a qualquer tempo.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Dácio Leonel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Com o maior prazer, concedo o aparte, com a mesma rigidez que Vossa Excelência me cedeu.

O Sr. Dácio Leonel — Agradeço a Vossa Excelência e me perdoe que eu vá, neste aparte, vá me fixar mais nas infelicidades do Deputado Airton Cordeiro, do que propriamente da matéria que está em pauta.

E esse riso sarcástico, talvez seja porque Sua Excelência falou em "conveniências" e sabe que, para sair do partido do Governo, debaixo daquele que oferecer benesses, para ir para um partido de Oposição não se tem nenhuma conveniência. A única conveniência que temos é de poder ficar ao lado do povo. Eu que, quando em 68, disputei meu primeiro mandato, pela ARENA e que sempre, Sr. Deputado, no decorrer do tempo, quantas vezes discordei e tomei posições, nesta Casa. Fui sentindo que, no decurso do tempo, efetivamente, não poderia mais estar comungando com certas coisas que via dentro do partido governista.

Mas pergunto: — o que poderia fazer? Simplesmente renunciar ao mandato e voltar para casa? Porque a saída de partido, à época, representava isso. A fidelidade partidária não dava, aos parlamentares, o direito de poder trocar de partido, ou de deixar a agremiação pela qual fora eleito.

Será que o Sr. Deputado Airton Cordeiro não conhecia esse aspecto? Por que fala em coerência, quando foi o próprio Governo que estabeleceu o fim do bipartidarismo, para a criação do regime pluripartidário? Para que então? Não haveria necessidade, se tivéssemos que voltar com as infantilidades da coerência, todos deveriam ficar, os que eram da ARENA, no PDS, os que eram do MDB, no PMDB.

Então, era uma mentira, mais um blefe do Governo, quando se falava em regime pluripartidário neste País.

É lamentável, nobre Deputado, que tenha estado na tribuna, para abordar problema de ordem nacional, na política, dizer da minha opinião, respeitar cada um dos Srs. Parlamentares, para aqueles que não têm como discordar, que não têm como defender as suas teses, partam para a agressão. Mas, de qualquer forma, é preciso que aceitemos, porque, para aqueles que faltam os argumentos, sobre a forma rasteira de tentar agredir alguém.

Eu, porque não pretendo, nesta Casa de Leis, dissertar, aqui, de todas as formas, de todos os apelos, que tipos de apelos recebi, para continuar, para permanecer no PDS, quando foi criado. Eu não troquei de partido. Com a extinção dos antigos partidos políticos, simplesmente optei, tive uma opção. E a minha opção foi em favor do Partido Popular.

Não vejo nenhuma incoerência, não vejo nenhuma inconveniência especial, que tenha tomado para seguir esta linha que estou seguindo.

É por isso, Sr. Deputado, que quando Vossa Excelência fazia menção de que deveríamos, nesta Casa, trazer esse tipo de debate, eu concordava e continuo concordando. É justo que discutamos dentro desses aspectos, mas o mais importante é que se tivermos que daqui tecer alguma crítica sobre qualquer liderança política de fora, é preciso e isso nós já cansamos de dizer, que haja o mínimo de respeito de um parlamentar para outro, porque vivemos nesta mesma Casa, vivemos aqui cotidianamente. Não podemos fazer com que esse tipo de

problema venha fazer com que haja estremeccimento entre os senhores Deputados. Eu só peço respeito, apenas e tão somente respeito, porque não é a primeira vez, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Airton Cordeiro — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, quero dizer aqui que estranho o pronunciamento do Deputado Dácio Leonel, em primeiro lugar porque as notas taquigráficas aí estão. Não houve nenhum desrespeito deste Deputado ao Deputado Dácio Leonel a quem afirmei ao iniciar o aparte ao pronunciamento do Deputado Gabriel Sampaio, respeito e admiração.

Não vejo porque o Deputado Dácio Leonel se ofender dessa forma.

Apenas o que realmente me chocou foi o fato do Líder do PP afirmar que o PDS não coliga com o povo e a minha estranheza é que se não fosse a coligação do Partido do Governo com o povo, o Deputado Dácio Leonel não estaria aqui, porque foi eleito pela extinta Aliança Renovadora Nacional. Onde a agressão, Sr. Presidente? Não vejo efetivamente agressão.

Se o Deputado Dácio Leonel entendeu que houve agressão, por gentileza eu me penitencio e vou procurar usar uma terminologia mais adequada, mais sóbria.

Agora, eu não sei qual, porque em termos mais educados, mais éticos e mais parlamentares, honestamente não sei de que forma me dirigir a esse Plenário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua com a palavra, o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Apenas para concluir, Sr. Deputado, a questão de ordem formulada pelo Deputado Airton Cordeiro, também serviu para esclarecer-me alguma coisa.

Talvez dois aspectos que eu não houvesse notado. É que Sua Excelência fez questão de frisar que o atual PDS é a mesma ARENA de ontem, sem qualquer modificação.

Na verdade, fui eleito pela ARENA. Não fui eleito pelo PDS.

Se tomei posições, digo também ao eminente Deputado, com referência após o surgimento - ao nascimento de novas agremiações políticas, exatamente porque passei a perceber já do final do último Governo, com o surgimento deste, passei a sentir que houve um profundo afastamento do povo.

O povo até a época da ARENA, até a época de Geisel, ainda digo mais, o povo ainda confiava talvez mais na austeridade, na seriedade do Presidente Geisel quando vinha às emissoras de televisão.

Mas, depois que os episódios mudaram, depois que novos fatos ocorreram e que vem ocorrendo sucessivamente a todo o dia, mordomias, corrupções, coisas incríveis neste País, novo desvio de avião da sua rota, outro dia do Ministro Galveas, agora Delfin Neto para não ficar por fora desviou um avião da rota internacional.

Então são problemas desta natureza que vão efetivamente fazendo com que o parlamentar possa acordar.

Eu me lembro que várias vezes disse ao meu particular amigo, Vice-Governador Hosken de Novaes, e ao Secretário Otávio Cesário, da Justiça que são pessoas, sempre foram pessoas afinizadas comigo pela região, eu aos dois disse: "pondero a amizade dos meus companheiros mas na hora que termi-

nou, que chegou o fim dos dois Partidos e as portas se abriram e aí eu puder respirar, eu quero viver por esse mundo como político, sorrindo, e só posso sorrir num Partido que não seja o Partido do Governo".

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao orador que tem um minuto para o término da sua oração.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Gabriel Sampaio, apenas meio minuto, apenas para não perder a oportunidade.

Eu quero provar e me sinto na obrigação de provar a minha tese e vou dizer isso até um pouco triste, pelo respeito que tenho, pela admiração que tenho como paranaense e pela gratidão que tenho pelo ex-Governador Jayme Canet Júnior.

Quando se falava na Reforma Partidária, vários Deputados desta bancada, que nós pertencemos, incorporados foram ao Sr. Jayme Canet Júnior, fazer um pedido a ele para que permanecesse ao nosso lado.

E a resposta literal do ex-Governador Canet: "no partido em que o Sr. Paulo Pimentel ficar, eu não fico". Essa é a minha tese. A tese é esta, esta é a tese que o Brasil inteiro conhece.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Quero usar as palavras do Deputado Dácio Leonel, dizendo que o assunto é sério, e não vi a piada.

Eu não tinha condições de avaliar a minha veia de humorista.

Eu não entendi bem, qual foi a piada que formulei, que os meus prezados companheiros da bancada do PMDB, sorriram.

A tese quando eu falei a mesma, é com relação à confusão reinante neste País.

O Sr. Nilton Friedrich — Deputado, para não ficar o equívoco, a nossa indagação era compreender, a investigação da paternidade.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador, que está encerrada a hora do Expediente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Apesar de eu não ter usado da palavra, Deputado João Mansur, agradeço a Vossa Excelência e me reservo para amanhã continuar o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Registramos com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Vicente Palhares, Presidente da União Paranaense dos Estudantes Universitários.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoioado.— Ao Departamento Legislativo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, requeiro verificação de "quorum", através de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita

do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada nominal, 31 Srs. Deputados.

Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 112/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que estabelece como órgão representativo dos jornalistas credenciados pela Assembléia Legislativa, o Comitê de Imprensa, e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 24/81, (Mens. Govern. n.º 25/81), que aprova o Termo de Convênio de Cooperação SEPL/174, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Adrianópolis, objetivando o repasse de verbas para ampliação do micro-sistema de abastecimento de água na localidade de Sete Barras e para saneamento básico. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 25/81 (Mens. Govern. n.º 26/81), que aprova o Convênio de Cooperação SEPL/155, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado do Planejamento e da Saúde e do Bem-Estar Social, com o Município de Adrianópolis, objetivando a construção e equipamento de Mini-Postos de Saúde nas localidades que especifica. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 27/81 (Mens. Govern. n.º 28/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Apucarana, objetivando a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação e obras complementares do novo aeroporto do referido município. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do projeto de Lei n.º 49/79, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Município de São Jorge do Patrocínio, com os limites e confrontações do atual Distrito Administrativo de São Jorge, Município de Altônia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/80, de autoria do Deputado DARCY DEITOS, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor Cardeal D. Evaristo Arns. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 31/81), que exclui da incidência do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, as vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor e usuário final. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J.,

e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 34/81), que altera os dispositivos que especifica, da Lei n.º 7.297, (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., com EMENDA da C.R.H., por unanimidade. — Em votação o projeto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, há emendas no projeto que lamentavelmente desconheço e tenho informações de que foram apresentadas em plenário.

Pediria a Vossa Excelência enunciasse ou mandasse enunciar as emendas para que eu tenha condições de deliberar sobre elas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da emenda apresentada em plenário pelo Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a leitura da emenda).

“EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 30/81

Inclua-se onde couber:

“Art. — Ficam majoradas em 70% (setenta por cento), sobre os atuais valores, as tabelas de custas, XII e XVI, e em 40% (quarenta por cento), a tabela de custas IX, constantes da Lei n.º 6.149, de 09 de setembro de 1.970.

Parágrafo único - As custas devidas ao Contador e ao Partidor deverão ser pagas na ocasião das realizações dos respectivos atos.”

Art. — O Art. 49 da Lei n.º 6.149, de 09 de setembro de 1.970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49 — As tabelas do presente Regimento de Custas, serão atualizadas semestral e automaticamente, a 1.º de maio e a 1.º de novembro de cada ano, na mesma proporção da variação nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional “ORTN”, no período com base no Caput do Art. 1.º, da Lei Federal n.º 6423, de 17/06/77 e parágrafo único do Art. 2.º, da Lei Federal n.º 6205, de 29/04/75.”

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda tem por finalidade atualizar em índices compatíveis com os serviços que vem sendo prestados nos setores judiciais que pretendemos sejam alterados.

Os Cartórios, por dispositivos da Lei Federal, são obrigados a reajustaram seus empregados sempre que o salário-mínimo é alterado, ao passo que as custas, são alteradas sempre em proporções e índices bem menores, por ato da Corregedoria Geral da Justiça.

Com a presente Emenda apenas algumas tabelas são alteradas, e as que incidem em menores custas.”

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (emendas e justificativas).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, está em discussão o projeto? Se estiver, peço para discutir.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em fase de votação.
O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Pela ordem) — Sr. Presidente

peço vênha a Vossa Excelência que quando Vossa Excelência anunciou para discussão, eu acredito que não houve tempo.

Eu queria discutir a matéria, Sr. Presidente, e até levantando argumento de inconstitucionalidade sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lamenta, mas colocou em discussão, a encerrou e está em fase de votação e Vossa Excelência poderá encaminhar a votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação)

Eu vou encaminhar a votação, Sr. Presidente, deixando aqui o meu protesto porque não é possível, que perguntei a Vossa Excelência qual era o projeto que estava em discussão, Vossa Excelência anunciou.

Em todo caso eu vou encaminhar a votação, para evitar polêmica de outra natureza.

Sr. Presidente, o eminente Líder do PDS, argumentava que apresentaria, como apresentou, uma emenda a ser levada à consideração deste Plenário, com relação ao aumento de taxas previstas pelo Código de Custas, do Poder Judiciário e das serventias do Poder Judiciário.

E não há possibilidade, Sr. Presidente nesta oportunidade, de apreciar esta matéria, porque ela é genérica e fala apenas da elevação ou da majoração, em setenta por cento das tabelas de custas e diz aqui, os incisos a que alcançaria.

E numa outra alusão, a quarenta por cento sobre a tabela de custas do número 9 do artigo que não cita.

E a alegação verbal e respeitável do eminente Líder, Erondy Silvério, foi de que os Cartórios de Registro Civil, estavam praticando atos de assentos de nascimento e de óbito. Mas sobre tudo de nascimento, há um valor, absolutamente incompreensível.

E realmente ocorre este fator no Poder Judiciário, nas escriturarias desses feitos.

Entretanto, Sr. Presidente, eu não posso concordar que a elevação se faça, não só dessa natureza, porque hoje nós temos a Lei Orgânica da Magistratura, que é a norteadora de toda a situação do Poder Judiciário Nacional e das Serventias da Justiça, seja ela do fóro judicial ou do fóro extra-judicial.

E o Regimento de Custas, Sr. Presidente, diga-se a bem da verdade, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná tem feito as elevações, através de resolução e que nunca houve consulta a este Poder.

E por outro lado o que os Cartórios estão cobrando, via de regra, no Estado do Paraná, principalmente, é um exagero afrontoso à economia popular.

O máximo de custas, para se lavrar uma escritura, vai a um determinado teto, e isto já foi discutido nesta Assembléia, na ocasião da discussão da matéria específica de aprovação da lei.

Mas, no interior está ocorrendo, e especialmente em Cascavel, e em outros municípios da redondeza de Cascavel.

Foz do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Guaraniáçu e outros municípios mais.

Os cartórios simplesmente não respeitam a ordem legal. Simplesmente passam por cima do regimento de custas. Uma escritura em que está previsto um custo no regimento, que é um exagero, de Cr\$ 2.903,00, os cartórios estão quase todos cobrando Cr\$ 5.000,00 para lavrar uma escritura.

E depois vem o registro, ou a matrícula de registro de imóveis. São outros Cr\$ 5.000,00.

Sr. Presidente, na parte relativa aos registros de nascimento, os cartórios estão recebendo subsidiariamente grande parte do custo através da Legião Brasileira de Assistência.

E normalmente tenho observado isso, Sr. Presidente, e tenho inúmeras certidões feitas nestas condições.

Por isso venho a esta tribuna pedir, principalmente, que

o Poder Judiciário tenha uma visão clara e lógica das coisas relativas ao regimento de custas.

Desde que militava na advocacia em Cascavel, era um sufoco para os cartórios fazerem os assentos com um regimento de custas muito fora da realidade.

E assim ocorria também com a taxa judiciária.

Entretanto, este Poder Legislativo, recentemente aprovou uma lei que eleva para o mínimo de Cr\$ 520,00 a taxa judiciária, e pode até parecer que estamos fugindo da argumentação, apenas para fazer a colocação de um e de outro caso.

Entretanto, tem uma correlação profundamente vinculada, Sr. Presidente.

Porque não é o fato de termos no passado recente, um regimento que permitia, ou uma lei de taxa judiciária que permitia o recolhimento máximo de Cr\$ 10,00, e chegarmos à exorbitância de, no mínimo, Cr\$ 520,00 por ação ingressada em juízo.

Hoje, o que nós estamos vendo, é que uma gama enorme de pessoas carentes, ou quase carentes, ou sub-assalariados, não têm praticamente, condições de entrar em juízo, para pleitear os seus direitos, por causa do exagero da taxa judiciária.

E o que me acode neste momento, Sr. Presidente, sem entrar no mérito, é que esses adendos apressados de lei - me permita e me perdõe o ilustre Líder do Governo - precisaria ter um exame mais acurado da matéria, porque não é no afogadilho que vamos reparar as injustiças que estão se cometendo a nível do setor de custas da esfera judiciária.

E da minha parte, Sr. Presidente, penso que a Assembléia precisa se deter mais no exame desta matéria. Não é propriamente o registro civil que está em jogo só, o custo do registro civil, mas as custas de um modo geral. E tirou-me daqui da minha mão, o Deputado Darcy Deitos, o exame que eu fazia da matéria. Fiquei sem condições.

Sr. Presidente, a verdade é que o Regimento de Custas está todo dilacerado. E não é numa hora desta que se pode fazer um reparo nas injustiças cometidas.

Porque amanhã, vem o Cartório de Protesto; depois de amanhã, vem o Notário Público, e no terceiro dia, poderá vir, o Partidor, o Distribuidor, os Registros de Títulos e Documentos, e assim por diante.

Realmente, Sr. Presidente, não tenho condições de apreciar, de votar, essa matéria, por uma razão, não sei qual a custa que está sendo elevada, se a do Registro Civil, a de óbitos, se a de Casamentos, se a Escritura Pública, se a de Registro Imobiliário.

Esta é uma condição sem a qual não posso fazer qualquer deliberação, no âmbito dessa matéria. E peço aos eminentes Srs. Deputados, um exame adequado. Porque, não é possível uma matéria, de tão alta relevância, ser apreciada sem ao menos a CCJ ter apreciado.

Porque penso que há um laivo de inconstitucionalidade na apreciação da matéria específica. Porque, se recentemente, o Deputado Nilso Sguarezi comentava sobre a necessidade de reorganizar a Comarca de Pato Branco, fazendo-a vincular com jurisdição a Clevelândia, por causa da distância, o que é indiscutivelmente justo, não é agora, para aprovar - e que não sabemos, aprovar uma matéria para satisfazer as necessidades de alguns cartórios, diga-se de passagem, "alguns".

Quero dizer mais o seguinte: não houve possibilidade de apreciação da matéria proposta neste Poder, através de uma sessão plenária; é de se ponderar que essa também, que resolve problema de natureza particular de algum cartório, não poderia ser apreciada sem o exame da CCJ.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI (Para encaminhar) — Sr. Presidente,

Srs. Deputados.

O projeto de lei é uma mensagem do Sr. Governador do Estado, a partir de uma proposta do Presidente do Tribunal, em que pede algumas alterações na Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado.

Este é o projeto que está em discussão. Entre as alterações está a criação de seis cargos de Juizes Substitutos e a consequente reordenação das Secções Judiciárias.

Este é o objetivo da discussão do projeto de lei. Na discussão dessa matéria, porque o projeto de lei dá uma nova distribuição das Secções Judiciárias do Estado.

Eu já havia apresentado uma Emenda para que, na Secção Judiciária de União da Vitória, fosse desmembrada a Comarca de Clevelândia que fica a 160 km, passando para a de Pato Branco que fica a 30 km.

O Sr. Corregedor do Estado esteve na Casa, e fez um apelo aos Srs. Deputados, para que deixassem essas emendas a serem tratadas quando do envio do novo projeto de Organização e Divisão Judiciária do Estado.

Nesse rol haviam emendas dos Deputados Lineu Turra e Fideleino Tolentino.

Nós acatamos esse pedido do Sr. Corregedor, para que tivéssemos a oportunidade de, quando vier a nova matéria, apreciarmos a matéria com cuidado.

E havíamos, isso de comum acordo com o Sr. Líder do PDS que subscreveu o nosso requerimento, que foi aprovado, ontem, neste plenário, com a aprovação dos dois Líderes que retiraram suas emendas, transformando-as em sugestão.

Ora, fomos surpreendidos com essa Emenda, porque ela trata de um assunto totalmente diferente daquele objetivo do projeto e esta Emenda vai trazer uma alteração profunda no Regimento de Custas, ou seja, ela vai tocar diretamente no bolso do contribuinte, no bolso do paranaense.

Eu sei e todo o mundo sabe que é evidente a necessidade de nós reajustarmos as custas judiciais, mas está aí a discussão levantada, inclusive com o questionamento - por parte da Ordem dos Advogados do Brasil - questionamento de constitucionalidade da lei votada e discutida aqui, da Taxa Judiciária, porque a taxa judiciária foi alterada.

A Ordem dos Advogados levantou-se protestando e alegando inconstitucionalidade e está pleiteando a inconstitucionalidade da lei da taxa judiciária.

Ora, quando a proposta veio para esta Casa, na discussão, ela foi reduzida em cinquenta por cento (a taxa judiciária) e assim mesmo houve o protesto generalizado.

Ora, Srs. Deputados, aumentar as custas judiciais em setenta por cento, sem inclusive Sr. Presidente, Srs. Deputados, Comissões como a de Finanças, como a de Constituição e Justiça não opinarem sobre a matéria, data vênica, é uma temeridade, mesmo porque no enunciado da emenda, permita-me e data vênica, a ausência do Deputado Erondy Silvério, parece seguir o mesmo estilo daquela emenda que passou despercebida aqui, quando se fez profunda alteração no Tribunal de Contas, que se permitiu, inclusive, uma imoralidade, a fim de que lá fossem atribuídas vantagens que a lei moral não permite.

Então, parece-me temeroso que de afogadilho, de um dia para outro, se reajuste em setenta por cento as custas judiciais, quando na verdade, a emenda e a sua justificativa não elucidam quais as custas.

É evidente que é um assunto complexo, que teríamos que manusear detida e detalhadamente o Regimento de Custas, para saber efetivamente, com consciência, com conhecimento de causa, a quem estamos atribuindo o reajuste de setenta por cento e a quem o de quarenta por cento. Mas os números me assustam, porque está aí o funcionalismo do Estado gritando por melhoria salarial e isso é uma verdade, é inconteste.

Se há gente que ganha muito dinheiro ainda, são determi-

nados cartórios.

Eu não quero generalizar, mas se um dos poucos atos de forçadeste País, que teve até o aceite popular foi quando num ato de força é verdade, até se tirou os Cartórios da propriedade particular, e se os passou para a propriedade do Estado.

Então, Sr. Presidente, data vênica, eu faria um apelo à Liderança do PDS, para que aceitasse a mesma posição que os Srs. Deputados da Oposição aceitaram: que retirássemos as emendas e as transformássemos em sugestão ao Tribunal, porque aí teríamos um tratamento igualitário.

Se a Oposição consentiu em retirar as suas emendas e as transformar em sugestão, parece-me que a recíproca deve ser verdadeira, porque o apelo partiu exatamente do Sr. Líder do PDS, sob a alegação de que o processo procrastinaria nesta Casa.

Então, é o apelo que eu faço: para que essa emenda seja retirada e seja transformada em sugestão.

Caso contrário, eu me sinto compelido, até por desconhecimento total da matéria, eu votar contrariamente a ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não vou me alongar muito na exposição do encaminhamento de votação desse projeto de lei.

Mas, é preciso que se justifique, que o Projeto de Lei n.º 30/81, encaminhado a esta Casa, está o Tribunal de Justiça preocupado, para que saia o quanto antes, para que até o dia 10 haja tempo de nomear os juizes aqui propostos para atender a necessidade urgente, nesta Capital.

Neste projeto, foi apresentado pelo Líder Erondy Silvério, uma emenda que está se discutindo. Falou muito, em onerar o bolso do povo.

Na realidade, esta emenda alterando em setenta por cento, não vai onerar em nada. Porque eu sei do estudo que está sendo feito no Tribunal de Justiça, que é superior ao que está pedindo, porque esta lei, de acordo com o que está sendo proposto, vigora a tabela inicial aprovada pela lei e que o reajuste consta na lei de Cr\$ 40,00 mais setenta por cento, não chega a Cr\$ 70,00.

E, a finalidade, foi dar melhores condições para que a Corregedoria pudesse depois fiscalizar, porque de outra forma, ao que consta, é praticamente impossível executar e cumprir esse regimento.

Mas, depois de ouvir a nossa Bancada e sabendo que em nada vai influir, nenhum benefício trará essa emenda. Eu não vou me alongar porque não há necessidade.

Eu vou propor, Sr. Presidente, para que seja encaminhado esse projeto, e, fazer um apelo desde já, que seja encaminhado à Comissão de Justiça e que esta se reúna extraordinariamente, para no início da semana dar seu parecer e evitar a demora na tramitação do projeto original.

É o que eu requeiro, Sr. Presidente, o encaminhamento à Comissão de Justiça, para opinar sobre a emenda apresentada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento proposto pelo Deputado Gilberto Carvalho, a retirada do Projeto de Lei n.º 30/81 e o seu encaminhamento à CCJ. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 25/81, de autoria do Deputado LINEU MANSANI TURRA, que altera a Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1975. (Lei Orgânica dos Municípios). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com

EMENDAS, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.
Aprovado, projeto e emendas.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 28/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ” para o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aproveado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dagoberto Leitner, ocorrido em nossa Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 38/81, que visa dar nova Redação ao Art. 13, da Lei n.º 6.194.— Regimento de Custas do Estado.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Secretário da Indústria e Comércio, pela realização e êxito da II Feira da Indústria Paranaense - Paraná Hoje. — Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Requeiro a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

8 Srs. Deputados o aprovam;

8 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 5, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 445/81

conceder à funcionária THEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES, matrícula nº 089, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco

por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de 05 de maio de 1.981, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

(Protoc. nº 3675).

PORTARIA Nº 446/81

designar os funcionários JONAS ZAMPIER, WILSON KAIEL, RAUL WOLF e JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, para, sob a Presidência do primeiro, comporem Comissão Especial a fim de procederem avaliação no veículo constante do protocolado nº 2420, de 07 de abril de 1.981, deste Poder.

(Protoc. nº 3936).

PORTARIA Nº 447/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1.981, a permanência neste Poder, da funcionária NIZÊ TRISTÃO PIETRÂNGELO, designando a mesma para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

(Protoc. nº 4062).

PORTARIA Nº 448/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1.981, a permanência dos funcionários HUGO MENDONÇA SANTANA e CARMEM CILENE CASAGRANDE ROQUEJANE, ora à disposição deste Poder, designando os mesmos para prestarem serviços no Departamento de Divulgação Legislativa.

(Protoc. nº 4063).

PORTARIA Nº 449/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1.981, a permanência neste Poder, do funcionário AYRTON LUIZ GONZAGA DE LINHARES, designando-o para prestar serviços no Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

(Protoc. nº 4145).

PORTARIA Nº 450/81

designar NASSAR SFEIR, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PTB, até 31 de dezembro de 1.981.

(Protoc. nº 3853).

portaria nº 451/81

I — revogar a Portaria nº 366/78, na parte que se refere à funcionária HILZA DOS SANTOS LOPES, matrícula nº 200, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que lotou a mesma no Departamento Administrativo; e,

II — lotar a citada funcionária no Departamento Legislativo.

(Protoc. nº 4187).

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de junho de 1981

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 452/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ CARLOS PEREIRA, matrícula nº 180, ocupante do cargo de oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro decênio, compreendido entre 19 de janeiro de 1965 e 19 de julho de 1974, antecipado em razão da contagem das férias de 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos da mesma fundamentação supra, o tempo de seis

(06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 19 de julho de 1974 e 19 de janeiro de 1978, antecipado em razão da incorporação referente ao seu primeiro decênio (supra) e das férias de 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro; e,

IV — mandar retificar a Portaria nº 595, de 13 de agosto de 1979, que concedeu o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, para declarar que o referido acréscimo é a partir de 19 de janeiro de 1978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), em virtude da incorporação referente ao seu 1º decênio retro, e não como lá constou.

(Protoc. nº 3641).

PORTARIA Nº 453/81

I — revogar a Portaria nº 366/78, que lotou no Departamento Legislativo, o funcionário DILMAR ABÍLIO ARCHEGAS, matrícula nº 041.

II — lotar no Departamento Administrativo, os funcionários PEDRO ÁLVARES DOS SANTOS, matrícula nº 084 e DILMAR ABÍLIO ARCHEGAS, matrícula nº 041, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de junho de 1981

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

DIRETOR GERAL